

“JAPONÊS DE MERDA QUE NÃO CANTA NO KARAOKÊ”: REFLEXÕES SOBRE RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA ESCOLA

Daniella Thiemy Sada da Silva ¹

RESUMO

Este trabalho é escrito por uma professora, amarela, nipo-brasileira e traz relatos pessoais e reflexões iniciais focadas neste recorte étnico-racial, não por achar que ele tem maior importância do que outros, mas por partir de vivências e perspectivas próprias. Este relato toma como base experiências de sua autora relacionadas a Relações Étnico-Raciais (RER) dentro da escola ao testemunhar ou vivenciar interações entre professores e/ou funcionários em escolas por que já passou. A partir de cada fala, como a que intitula este texto, ou ação presenciadas, são construídas reflexões iniciais sobre a temática, a partir da qual se constatou a escassez de estudos que consideram o recorte da racialização amarela no Brasil, especialmente no âmbito da educação. Tal recorte racial só pode existir socialmente dada a existência dos demais, assim, como embasamento teórico incluem-se estudos de Jessé Souza e Cida Bento, que abordam temas como: as formas de estratificação da sociedade brasileira; e a branquitude, a herança da escravização para a população negra e a de privilégios para a população branca, respectivamente. Artigos científicos relacionados à formação de professores para a educação para as RER e o livro de Hugo Katsuo e Edylene Severiano, com artigos e relatos de pessoas brasileiras de ascendência leste-asiática, também compõem o arcabouço teórico para as reflexões. Como constatação pode-se destacar que, enquanto na escola houver a reprodução de práticas que contribuem para a manutenção de estereótipos, se estará contribuindo também para a manutenção do privilégio branco sobre outras cores/raças e, conseqüentemente, não estaremos avançando na promoção de práticas antirracistas. As falas ou ações apresentadas podem ser entendidas como sintoma de que, em geral, o corpo docente ainda carece de formação, não apenas sobre a abordagem das RER em sala de aula, mas também sobre as suas práticas de cidadania com pessoas de diferentes cores/raças.

Palavras-chave: Relações Étnico-Raciais (RER), Educação básica, Cor/raça amarela.

UMA BREVE APRESENTAÇÃO

Este trabalho tem como objetivo trazer à tona episódios que demarcam algumas formas como as Relações Étnico-Raciais (RER) podem se dar dentro da escola, na contemporaneidade. Em particular, episódios envolvendo pessoas brasileiras autodeclaradas amarelas, com ascendência japonesa. O² leitor pode duvidar se tais ocorrências justificam a

¹ Professora de Matemática. Mestre em Ensino de Matemática pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS/RS. daniellathiemyss@gmail.com.;

² Infelizmente (e talvez, em algum ponto, incoerentemente, dada a proposta inclusiva e reflexiva deste texto), para fins de simplificar a escrita, opta-se, neste texto, pela flexão de artigos e substantivos no masculino. No entanto, entendam-se contempladas todas as identidades de gênero existentes.



relevância deste trabalho, uma vez que essa fatia da população é tão pequena, (a fatia da população brasileira

autodeclarada amarela é de apenas 0,4%, segundo dados do Censo de 2022, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)), no entanto, é pela aparente invisibilidade dos casos que se faz necessário falar sobre o tema.

Em uma conversa recente com uma colega, que também atua na área da educação, sobre situações de racismo e discriminação enfrentadas por mulheres negras durante a vida, destacou-se um aspecto comum nos episódios relatados: a sensação de que apenas a vítima, apenas a única pessoa negra na sala, é que percebia o que estava acontecendo. As ocorrências de racismo e discriminação e todas as consequências destes são incomparáveis perante as ocorrências com pessoas amarelas, basta visitar a historicidade que essas categorias de cor/raça apresentam no Brasil. No entanto, apenas com os avanços nos debates sobre o racismo, a disseminação de informação e o entendimento da necessidade da assunção de uma atitude antirracista é que tem havido afronte e punição adequados a esse tipo de atitude criminosa. Isso motiva a buscar a propagação de informações e a criação de mais espaços de discussão que questionem as condições de existência de outras cores/raças, dado o consolidado privilégio branco, no país (BENTO, 2022).

Assim como ocorre com pessoas da mesma ascendência, a minha trajetória enquanto pessoa amarela, nipo-brasileira nem sempre teve essa condição específica de existência tão evidente. Na verdade, posso dizer que essa consciência vem sendo construída ao longo dos estudos e vivências e isso permite, inclusive, que eu signifique melhor episódios passados. Relato brevemente alguns episódios, para que o leitor possa compreender do que isso se trata.

A minha ascendência japonesa vem da família da minha mãe, então sempre foi possível fazer essa diferenciação entre os traços fenotípicos do lado do pai e do lado da mãe. E, depois, com o nascimento das minhas irmãs, essa diferenciação pôde ser feita também entre nós, a quem logo foi apresentada a categoria de “mestiça”. Cabe comentar sobre o apagamento da ascendência, minha e das minhas irmãs, advindos da família de meu pai, uma vez que os traços fenotípicos não eram tão facilmente identificados socialmente como os da família de minha mãe. Em casa, minha mãe, especialmente, priorizou para que minhas irmãs e eu dedicássemos tempo aos estudos. Aprendemos a ler e a escrever antes de entrar na escola e o entretenimento geralmente incluía atividades de escrita, desenho, recorte e dobradura (origami).

Na escola, a ascendência japonesa era o meu traço que se destacava, em um contexto em que nunca houve mais do que meia dúzia de estudantes com essa característica



matriculados simultaneamente na escola (estávamos distribuídos em anos, turmas ou turnos diferentes). Enquanto criança, sempre gostei muito dessa distinção, minha família valorizava os traços físicos nipônicos e eu, portanto, gostava de ser reconhecida dessa forma na escola. Houve um momento, porém, que o reconhecimento dos meus traços na escola passou a assumir formas fundamentalmente depreciativas e me causar incômodo. Lembro de ter sido chamada por colegas, que muitas vezes nem conhecia, de “japonesa”, de “chinesa”, de “xingling” e de ser alvo de gestos em que pessoas esticavam os olhos lateralmente com os dedos com a intenção de tentar imitar a minha fisionomia.

Adiante, já em atividades acadêmicas e profissionais, ficaram mais explícitas expectativas externas baseadas no estereótipo. Logo ao ser contratada como recepcionista, o empregador expôs que gostava de contratar pessoas “japonesas”, porque os “japoneses não roubam”. Ora, se há essa “minorias modelo” (TAKAHASHI, 2023, p. 35) a quem se atribui esta e outras características, como ser “dócil e resiliente” para o trabalho, há também aqueles colocados socialmente no extremo oposto e sofrendo com as consequências desse preconceito para, dentre outras coisas, conseguir se inserir no mercado de trabalho. Este exemplo caracteriza o que é trazido em: “Discursos raciais comparativos são tecidos entre as características de amarelos e negros, configurando posições distintas em relação aos brancos” (UENO, 2023, 99).

Entender tudo isso não diz respeito apenas a mim, mas a vários contextos em que estou inserida e que são comuns a pessoas com a mesma ascendência, como é possível constatar em artigos e relatos de pessoas brasileiras de ascendência leste-asiática, que compõem o arcabouço teórico para reflexões, no trabalho organizado por Katsuo e Severiano (2023). As falas ou ações para comigo dizem mais sobre o que o outro pensa ou como o outro me percebe do que propriamente sobre mim; e tudo o que acontece é permitido nesse local e nessa temporalidade. Os episódios que trago aqui representam algo que foi permitido, naquele momento, que fazia parte daquele contexto.

A escola (pública), sendo um espaço de diversidade e voltado para a promoção de uma educação inclusiva, torna-se fecundo para que se deem as RER. Desse modo, faz sentido investigar sobre as RER dentro da escola. Dada a vastidão do tema, neste trabalho, que reúne algumas falas ou acontecimentos registrados na memória, no decorrer da minha experiência docente, o enfoque recai sobre as relações entre funcionários ou professores dentro da escola. Observar este aspecto pode contribuir para o entendimento de circunstâncias em que se dá o processo da educação para os estudantes, uma vez que as práticas de funcionários ou professores nas RER também compõem esse processo, o que já fora observado, por exemplo,



nos trabalhos de Alves-Brito e Alho (2022) e de Coelho e Baía-Coelho (2021), que abordam a Educação para as RER na perspectiva das ciências físicas e da formação de professores de História, respectivamente.

Para ajudar a entender os sentidos dessas práticas relatadas aqui, toma-se como referência os estudos de Jessé Souza (SOUZA, 2019) e Cida Bento (BENTO, 2022), que abordam temas como: as formas de estratificação da sociedade brasileira; e a branquitude, a herança da escravização para a população negra e a de privilégios para a população branca, respectivamente.

Assim, o texto conta com um diálogo com o referencial teórico consultado para este trabalho; o relato de falas e situações que envolvem as RER entre professores ou funcionários, dentro da escola; reflexões acerca dos sentidos que podem ser atribuídos a esses acontecimentos; e considerações finais e referências.

UM DIÁLOGO COM O REFERENCIAL TEÓRICO

Em qualquer organização ou estudo, é de praxe a criação de categorias, de recortes, de classificações de uma determinada população ou evento para uma melhor apreensão de suas características parciais e totais. Esta pode parecer uma afirmação vaga, mas entender isso é fundamental para saber que, da mesma forma que divisões, categorias, classes ou outras formas de organização podem ser concebidas socialmente; podem acabar por organizar e determinar o modo como se darão as relações entre essas categorias; e podem ser desfeitas.

Nesse sentido, segundo Souza (2019, p. 10-11), a organização da sociedade brasileira em classes baseadas no critério de renda é apenas uma das estratificações possíveis e, tal como qualquer recorte de uma pesquisa, apresenta benefícios e malefícios para o entendimento sobre uma população: “Ao perceber as classes sociais como construção sociocultural, desde a influência emocional e afetiva da socialização familiar, abrimos um caminho que explica, como nenhuma outra variável, nosso comportamento real e prático no dia a dia”. O autor dá enfoque, ainda, à possível “hierarquia moral” entre classes, cuja consequência maior seria a internalização de uma subjugação de classes mais baixas pelas mais altas e ainda considera outros recortes de gênero e raças:

A separação não só entre povos e países, mas também entre as classes sociais, entre os gêneros e entre as “raças” é construída e passa a ter extraordinária eficácia prática precisamente por seu conteúdo aparentemente óbvio e irrefletido. Afinal, as classes superiores são as do espírito, do conhecimento valorizado, enquanto as classes trabalhadoras são do corpo, do trabalho braçal e muscular que a aproxima dos animais. O homem é percebido como espírito, em oposição às mulheres, definidas como afeto. Daí a divisão sexual do trabalho, que as relega ao trabalho invisibilizado e desvalorizado na casa e no cuidado dos filhos. Nós nunca refletimos acerca dessas



hierarquias, assim como não refletimos sobre o ato de respirar. É isto que as faz tão poderosas: elas se tornam naturalizadas. Esquecemos que tudo que foi criado por seres humanos também pode ser refeito por nós (SOUZA, 2019, p. 23).

Meritocracia, memória e poder são assuntos abordados em Bento (2022), que retoma aspectos históricos dos estudos sobre a branquitude, a herança da escravização para a população negra, mas principalmente a herança de privilégios para a população branca. Um conceito importante trazido pela autora é o de “capitalismo racial”:

O capitalismo racial elucida como o capitalismo funciona por meio de uma lógica de exploração do trabalho assalariado, ao mesmo tempo que se baseia em lógicas de raça, etnia e gênero para expropriação [...].

É um regime que congrega classe e supremacia branca. Aliás, capital e raça já se uniram há séculos: do tráfico negreiro transatlântico à destruição da população maia, asteca e guarani; dos combates portugueses na África Central aos inúmeros massacres em terras colonizadas por países europeus.

É imprescindível romper a aliança entre classes, elites políticas, educacionais, culturais e econômicas e uma parte da classe trabalhadora reunida pela supremacia branca, que vem possibilitando a reprodução do sistema do capitalismo racial (BENTO, 2022, p. 40-41).

A união (aliança) entre certas classes e elites contribui, assim, à manutenção de um sistema capitalista que mantém a supremacia branca sobre as classes exploradas. Apesar dos diferentes enfoques dos seus trabalhos, Bento (2022) e Souza (2019) destacam a imparcialidade com que o sistema capitalista e a hierarquia de classes são mantidos na sociedade.

Sendo assim, torna-se relevante que se faça o movimento de propagação do conhecimento sobre como essas formas de organização estruturam a sociedade, buscando romper com padrões que a estruturam que contribuem para a manutenção e agravamento das desigualdades sociais.

As políticas educacionais brasileiras têm avançado na contemplação de tais tópicos. A título de exemplo, temos a Lei nº 11.645, que tem a função de “incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”” (BRASIL, 2008) e a Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004, que Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (BRASIL, 2004). No entanto, sabemos que a existência de tais políticas ou que a inserção do tema no currículo não garante a sua implantação (ainda mais em uma perspectiva crítica), uma vez que dependem das condições e recursos da escola e, especialmente, do preparo dos professores e demais membros da comunidade escolar para a promoção de um ambiente de aprendizagem que seja capaz de propagar os mesmos discursos, em todos os âmbitos.



Os trabalhos de Alves-Brito e Alho (2022) e de Coelho e Baía Coelho (2021) abordam a Educação para as RER na perspectiva das ciências físicas e da formação de professores de História, respectivamente, e problematizam as condições de oferta da educação para as RER.

Coelho e Baía Coelho (2021) destaca de Brasil (2004), que:

[...] os(as) professores(as) devem encaminhar processos didático-pedagógicos que discutam as categorias étnico-raciais presentes em nossa sociedade, que problematizem e exponham o racismo, que critiquem as narrativas tradicionais sobre a nossa formação e que reconheçam os diferentes pertencimentos étnico-raciais. Tais questões demandam compromisso – com o combate ao racismo, com processos de aprendizagem que engendrem inclusão e com o reconhecimento da Diversidade como um fator positivo (p. 11).

Os autores partem dessa síntese para a constatação de que as posteriores Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação) (BRASIL, 2019) não estariam alinhadas à proposta de uma educação que se propõe a criticar estruturas e relações étnico-raciais tradicionais, mas retorna à proposta de um ensino conteudista sobre o tema. Destacam: “As habilidades enfatizam o que os(as) licenciandos(as) devem saber fazer, e não o que devem conhecer para cumprir com os objetivos previstos para a Educação Nacional. Evidência disso é a total ausência de habilidades que se voltem para o trato das questões étnico-raciais” (COELHO, BAÍA COELHO, 2021, p. 15). Nota-se a referência ao esvaziamento de momentos que fomentem a reflexão e a construção de uma postura crítica dos professores com relação ao racismo, às desigualdades e aos processos que os sustentam. Conseqüentemente, os professores não são preparados para levar essas reflexões para a escola.

Alves-Brito e Alho (2022) evidenciam como o discurso e a normalização de certas hierarquias e relações étnico-raciais legitimam as formas como ocorrem exploração, divisão e disputas, no mundo, bem como aquilo que é aceito como ciência, inovação e desenvolvimento e aquilo que é rechaçado, por não ser associado aos grupos que dominam o discurso.

Saberes europeus locais são vistos como globais. A etnicidade e o racismo passam assim a fazer parte do campo discursivo. Etnicidade, a partir das categorias étnicas que são criadas no novo sistema-mundo (branco, negro, indígena, entre outros) e o racismo, como parte da estratégia de dominação colonial para organizar a exploração do sistema-mundo moderno (p. 4).

Sendo assim, é possível perceber a importância que as categorias étnico-raciais assumem, ainda, na organização de mundo. Em particular, no Brasil, essas categorias e relações estruturam a economia, o trabalho, a política, a cultura e outras áreas, ficando evidente, ainda e em muitos aspectos, a invisibilização do privilégio branco. A educação aparece como uma forma de expor essa estrutura que fundamenta a organização social no



Brasil e como capaz de formar cidadãos críticos interessados em romper com esses ciclos. No entanto, apesar da institucionalização de políticas para a educação das relações étnico-raciais, as estruturas dos sistemas educacionais não parecem constituir este processo de forma coesa, especialmente no que diz respeito à formação de professores.

Chama a atenção, também, a dificuldade de encontrar estudos que contemplem a racialização amarela, especialmente no âmbito da educação. Este aspecto pode ser sintomático em um contexto em que professores em formação não são, em geral, estimulados a pensar criticamente sobre as RER e, conseqüentemente, a produzir conhecimento sobre este recorte racial. Katsuo e Severiano (2023) reúne perspectivas e reflexões de pessoas autodeclaradas amarelas, mas não necessariamente nipo-brasileiras. Neste trabalho, são debatidos a origem de termos utilizados para designar essa população, aspectos históricos desses grupos a partir de sua chegada no Brasil e em outras partes do mundo e, especialmente, vivências contemporâneas de descendentes que residem por aqui, por exemplo: apelidos, estereótipos, casamentos inter-raciais, identidade, coletivos, representatividade e feminismo. Em vários momentos, é possível perceber, ainda que incomparável aos efeitos causados à população preta ou parda, uma subjugação da população amarela à população branca, que se coloca na posição de detentora de “brasildade padrão” (p. 104).

Entende-se que compreender as formas de subjugação dentro da hierarquia étnico-racial que temos hoje no Brasil pode ajudar na compreensão e rompimento dessas estruturas, em busca da igualdade, e, pontualmente, pode inibir que práticas discriminatórias aconteçam dentro da escola. Uma vez que tais práticas deixem de ocorrer dentro da escola, favorece-se a promoção de um ambiente de aprendizagem que promova um mesmo discurso antidiscriminatório e antirracista, que respeite a diversidade e que esteja apto à inclusão.

“JAPONÊS DE MERDA QUE NÃO CANTA NO KARAOKÊ”: acontecimentos e sentidos atribuídos

A escola, em particular a escola pública, consiste em um espaço com cada vez maior diversidade, considerando estudantes, funcionários e professores. Obviamente, circunstâncias como o racismo estrutural fazem com que não haja, ainda, uma distribuição igualitária de cargos, rendas, bens, serviços, dentre outros, no país, especialmente quando aplicados critérios de cor ou raça. Mas, embora a passos lentos, já é possível notar algum progresso na democratização da ocupação dos espaços, especialmente acadêmicos e profissionais. Sendo assim, faz sentido analisar as RER entre funcionários ou professores que atuam nas escolas,



uma vez que a forma como se relacionam faz parte da composição do espaço de construção de conhecimento vivenciado pelos estudantes cotidianamente, durante o ano letivo.

O episódio da fala “Japonês de merda que não canta no karaokê” ocorreu em uma festa na escola, em que, reunidos professores e funcionários, um dos divertimentos envolvia cantar no karaokê. O karaokê é, em geral, uma proposta apreciada pelos japoneses com relação ao entretenimento e ao favorecimento da amizade entre colegas de trabalho, eventos sociais e familiares (IKARI, 2008). A fala foi direcionada a um colega cujas origens familiares remontam ao Japão, quando não aceitou o convite do autor da fala, um homem branco, para cantar no karaokê. A fala em si desconsidera aspectos identitários a quem foi direcionada, uma vez que resume a “japonês” uma pessoa com nacionalidade brasileira e tantos outros aspectos em sua identidade social. Ainda, evidentemente reproduz o estereótipo que associa a pessoa japonesa a gostar de karaokê. Quanto ao contexto, na expressão da fala por um homem branco está implícita a ideia de submissão da pessoa amarela à vontade da pessoa branca, que pode ser manifesta também através de apelidos e provocações, como expõe (TAKAHASHI, 2023), no trecho:

O alerta: “Ô, japa, vê se abre o olho” significa que o interlocutor, demarcado por seus olhos, precisa ser chamado a atentar-se quanto a isso e a obedecer enquanto o locutor, detentor de traços fenotípicos que denotam autoridade, possuiria a qualidade de domesticar o “japa”, o ser doméstico (p. 20-21).

Um último aspecto sobre esta fala refere-se à imposição da pessoa nipo-brasileira ao lugar de estrangeira no próprio país de residência. Tal ocorrência é registrada nessa livre associação da pessoa com ascendência japonesa a aspectos da cultura no Japão, mas também com o direcionamento de piadas e termos pejorativos que forçam uma constante diferenciação deste público ao que seria o brasileiro, como aquelas relacionadas ao tamanho do pênis dos homens, cujo uso já presenciei na sala de professores de uma escola.

O amarelo seria o oposto diametral do brasileiro, localizado no distante Oriente, de modo que sua população diaspórica estaria localizada na condição de estrangeiro perpétuo, termo comumente utilizado nos estudos sobre asiáticos estadunidenses [...]. Não ser considerado completamente brasileiro é um fantasma que persegue também os amarelos brasileiros (TAKAHASHI, 2023, p. 21, 22).

Outra ocorrência que pode ser notada em ambientes que reúnem mais de uma pessoa com ascendência japonesa (ou mesmo pessoas amarelas de diferentes origens) é que: não sendo considerada brasileira, essa pessoa torna-se parente de todas as que estão a sua volta. No contexto de local de trabalho, tal associação traz um lado importante de encontrar representatividade e pode fortalecer o sentimento de não estar sozinho. Na especificidade do ambiente escolar, tal suposição, especialmente quando estendida à participação dos



estudantes, causa confusão e promove a ideia de que “japonês é tudo igual”, todos são muito parecidos e parentes uns dos outros, ao invés de promover aquela que reconhece que o olhar ocidental, não acostumado com o fenótipo das pessoas de países leste-asiáticos em seu cotidiano, tem dificuldade em fazer tais distinções. Mais uma vez, ocorre a sobreposição da identidade da pessoa amarela por aquela que o outro é capaz de assimilar.

Outro estereótipo associado a pessoas com ascendência japonesa seria uma aptidão inata para o conhecimento na área das exatas. Sendo professora de matemática, ao ser apresentada para novos colegas, era corriqueiro ouvir algum comentário do tipo “tem cara de matemática”. Por outro lado, em outro episódio, ao apresentar um trabalho em um evento acadêmico, ao contrário de ser parabenizada por realizar um bom trabalho, meus colegas me parabenizaram por ser “fofa” e “meiga” apresentando. Tais associações ficam arraigadas a uma suposta característica intrínseca dessa população enquanto deixam de valorizar a dedicação e o potencial dos indivíduos em várias áreas do conhecimento e profissionais.

Muitos dos episódios que relatei aconteceram na escola, portanto representam algo que foi permitido, naquele momento, e que fazia parte daquele contexto. A escola (pública), sendo um espaço de diversidade e com interesse na promoção de uma educação inclusiva, torna-se fecundo para que se deem as RER. Isso só evidencia a importância de formação docente e da comunidade escolar, de debates e de fomento ao pensamento crítico para que se propaguem práticas de respeito à diversidade, às identidades e de combate ao racismo e à discriminação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se episódios similares aos relatados aqui já não passarão invisíveis aos leitores que os presenciarem, me dou por satisfeita com a realização deste trabalho. Tão (ou mais) importante quanto as reflexões realizadas aqui são os seus efeitos práticos, que irão compor os cenários das escolas. Para além do relato, meu interesse se concentrou na garantia desse espaço de debate dentro do evento e de fomentar e dar uma pequena e inicial contribuição para os estudos sobre a temática.

Constata-se, assim, que carecem estudos e formações que intervenham sobre as práticas docentes dentro da temática das Relações Étnico-Raciais, que incluam todas as categorias de etnia/cor/raça e considerem seus aspectos identitários e suas diferenças, de modo que possamos conceber de forma cada vez mais precisa como cada um desses grupos existe e se relaciona na sociedade e, especialmente, na escola.

Compreender as formas de subjugação dentro da hierarquia étnico-racial que temos hoje no Brasil pode ajudar na compreensão e rompimento dessas estruturas, em busca da



igualdade, e, pontualmente, pode ~~inibir~~ que práticas discriminatórias aconteçam dentro da escola, favorecendo a promoção de um ambiente de aprendizagem que promova um mesmo discurso antidiscriminatório e antirracista, que respeite a diversidade e que esteja apto à inclusão.

REFERÊNCIAS

ALVES-BRITO, A.; ALHO, K. R.. Educação para as Relações Étnico-Raciais: um ensaio sobre alteridades subalternizadas nas ciências físicas. **Ens. Pesqui. Educ. Ciênc.**, Belo Horizonte, v. 24, e37363, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1983-21172022240122>>. Acesso em 20 jan. 2025.

BENTO, C.. **O Pacto da Branquitude**. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022. 148 p. ISBN: 978-65-5921-232-3.

BRASIL. IBGE. **Censo 2022**. Disponível em: <<https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>>. Acesso em: 20 jan. 2025.

BRASIL. **Lei nº 11.645**, de 10 março de 2008. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm>. Acesso em: 08 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 1**, de 17 de junho de 2004. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>>. Acesso em: 08 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP nº 2**, de 20 de dezembro de 2019. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Disponível em:< <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file> >. Acesso em: 08 mar. 2025.

COELHO, M. C.; BAÍA COELHO, W. N.. Educação para as Relações Étnico-Raciais e a formação de professores de História nas novas diretrizes para a formação de professores!. **Educar em Revista**, [S. l.], v. 37, 2021. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/77098>>. Acesso em: 20 jan. 2025.

IKARI, L. T. Contribuições culturais de brasileiros no Japão e japoneses no brasil, por meio da educação informal e lazer. **Estudos Japoneses**, n. 28, p. 121-136, 2008. Disponível em:<<https://www.revistas.usp.br/ej/article/download/142957/137819/282290> >. Acesso em: 08 mar. 2025.

KATSUO, H.; SEVERIANO, E (Org.). **O “Perigo Amarelo” nos dias atuais**: reflexões de uma nova geração. São João de Meriti: Desalinho, 2023, 228p. ISBN: 978-65-88544-48-8.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**: da escravidão a Bolsonaro. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019. Ebook (300 p.). ISBN 978-8556080424.

TAKAHASHI, H. Y. Somos nós asiáticos brasileiros? Ideologia do branqueamento na brasilidade da diáspora leste-asiática. KATSUO, H.; SEVERIANO, E (Org.). **O “Perigo**





Amarelo” nos dias atuais: reflexões de uma nova geração. São João de Meriti: Desalinho, 2023, p. 19-55.

UENO, L. S. Casamentos inter-raciais de amarelos: entre olhares críticos e afetos antirracistas. In: KATSUO, H.; SEVERIANO, E (Org.). **O “Perigo Amarelo” nos dias atuais: reflexões de uma nova geração.** São João de Meriti: Desalinho, 2023, p. 94-121.

